

CONTRA A REDUÇÃO DE DIREITOS, AMPLIAR E MANTER A LUTA CONTRA A DIREÇÃO DA EMPRESA

A direção da Petrobras está tentando mudar os parâmetros de direitos da categoria já pensando nas discussões futuras de ACT. A atitude da empresa até aqui deixa claro que ela conta com a entrada em vigor da ofensiva trabalhista do governo Temer e sua base de sustentação no Congresso. E essa ofensiva trabalhista conta com o lobby do presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Ives Gandra da Silva Martins Filho, que já anunciou em entrevista em janeiro e reforçou agora em entrevista na última segunda-feira, 6, ao jornal Folha de São Paulo, que "é preciso flexibilizar direitos sociais para haver emprego".

A linha de ataque aos direitos dos trabalhadores ocorre ao mesmo tempo em que o governo liberou a terceirização e tentou acabar com a definição de trabalho escravo, que fora suspenso temporariamente por liminar do STF (Supremo Tribunal Federal).

Defender a retirada de direitos trabalhistas ao mesmo tempo em que amplia a terceirização até para a chamada atividade-fim e dificultar a fiscalização de situações análogas ao trabalho escravo é o que o mercado e seus lobistas no Congresso Nacional e na presidência do TST chamam de criar emprego.

Nesta negociação de ACT, a direção da empresa já apresentou proposta que:

- Acaba com o Auxílio-Almoço e o seu efeito sobre a gratificação de férias, 13º salário e da remuneração normal;
- Fim do programa Jovem Universitário e zero de reajuste para o Benefício Educacional;
- Fim do pagamento de adicional de permanência no Estado e do pagamento de Campo Terrestre de Produção;

- Troca da Hora-Extra pelo Turno (HETT) e redução no pagamento das horas extras para 50%.

Este já é um pacote de ataque aos trabalhadores e ainda mais se lembrarmos da manipulação da empresa sobre os itens de cálculo da PLR, que vem sendo negada, apesar do aumento de produção do Sistema Petrobras. Esta proposta a que a direção da empresa se apegou é a porta de entrada para o que vier depois.

Por isso, a direção da FNP e do Sindipetro/SJC orienta a intensificação das mobilizações de base e forte participação no Dia Nacional de Paralisações e Greves convocado para 10 de novembro tendo em vista que a necessidade de mobilizações é, sobretudo, nesta negociação de ACT, mas terá que se fazer permanente tendo em vista os ataques que podem advir dos desdobramentos da ofensiva trabalhista e da terceirização geral.

É importante ressaltar a aproximação da base da Revap ao Sindipetro/SJC por meio do Comitê de Base. São companheiros e companheiras da refinaria que estão discutindo e encaminhando as ações de luta neste período. E o Comitê é um espaço amplo e está aberto a participação de toda a nossa base na condução e sugestão de movimentos e convocatórias.

A empresa atendeu ao pedido da FNP e estendeu de 10 para 30 de novembro o atual ACT. A nova proposta que ela vier a apresentar terá que resguardar o conjunto dos direitos da categoria conquistados por décadas de mobilizações e greves. E para isso o caminho é cruzar os braços e partir para a Greve Nacional dos Petroleiros chamando a responsabilidade de todas as bases para a negociação e defesa dos nossos direitos neste ACT.



TOCHA



ASSÉDIO MORAL

CONHECER PARA COMBATER

pág. 2

CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO
pág. 2

PEDRO PARENTE DENUNCIADO
pág. 3

GESTÃO TEMER/PARENTE TRANSFORMA BRASIL EM COLÔNIA DAS PETROLEIRAS E CAPITAL ESTRANGEIRO DE OLHO NAS PRIVATIZAÇÕES
pág. 3

CONTRA A REDUÇÃO DE DIREITOS, AMPLIAR E MANTER A LUTA CONTRA A DIREÇÃO DA EMPRESA
pág. 4

10 DE NOVEMBRO É DIA NACIONAL DE PARALISAÇÕES E GREVES
Contra a reforma trabalhista, as privatizações e por um ACT que garanta direitos!

Milhares de trabalhadores irão cruzar os braços no dia 10 de novembro exigindo a revogação da ofensiva trabalhista de Temer (PMDB), por emprego com direitos para todos; em Defesa da Aposentadoria e contra o projeto de destruição da previdência; por serviços públicos de qualidade e valorização dos servidores; fim do trabalho escravo; das privatizações; em defesa da soberania nacional; por moradia; saúde; educação; segurança; cultura e democracia!

Os petroleiros estarão juntos aos outros setores da classe trabalhadora lutando por um ACT que garanta os direitos da categoria, contra a venda de ativos do Sistema Petrobras, contra os leilões de gás e petróleo da ANP e pelo Fora Temer! Fora Parente!

ASSÉDIO MORAL: CONHECER PARA COMBATER

Por Bernardo Pilotto (IBEPS)

Nos últimos anos, a prática do assédio moral começou a ser identificada e, por consequência, estudada e combatida. Se antes este era um assunto apenas para estudos universitários, recentemente eles têm também objeto de ação dos sindicatos. Isso ocorreu porque o assédio é uma prática cada vez mais comum que ataca a qualidade de vida dos trabalhadores e é causador de doenças e sofrimento.

O assédio moral é "um processo grave e extremo de violência psicológica que acontece de maneira continuada e repetitiva no contexto de trabalho e que produz efeito de humilhação, ofensa e constrangimento. No cotidiano organizacional este processo aparece no uso crônico de práticas insistentes, perturbadoras, rudes e hostis, que se efetivam por ação ou omissão (isolamento), concretizados em gestos, palavras (escritas ou faladas) e comportamentos ou procedimentos explícitos, camuflados ou silenciosos." (Soboll, 2011, p.40)

Não podemos entender o assédio moral apenas como

um problema individual fruto de uma relação apenas entre duas pessoas (o assediador e o assediado). Mais que isso, o assédio moral é resultado de relações de trabalho desiguais, próprias da forma de organização de trabalho que temos em nossa sociedade.

Hoje, é possível dizer que também existe o assédio moral organizacional, que é quando o assédio moral torna-se uma prática de gestão e/ou quando há mecanismos da gestão que facilitam o assédio. Um exemplo desses mecanismos é a remuneração salarial fruto de metas de desempenho no trabalho, muitas vezes chamadas de gratificação.

Portanto, é possível ter políticas institucionais que combatam o assédio moral. Entre elas, estão o estabelecimento de regras explícitas de gestão, de escolha das escalas e daqueles que fazem horas-extras, a capacitação das chefias, a formalização dos procedimentos (evitando o "disse-me-disse"), entre outros pontos.

Desde o primeiro dia de mandato, a atual direção do Sindipetro-SJC vem alertando ao RH local da existência da prática de assédio em diversas gerências. Em nossa primeira reunião, relatamos vários fatos que corroboram com essa informação. Infelizmente, a gestão da empresa não deu a devida atenção. Sabemos de muitos companheiros que trabalham fazendo uso de medicamento e outros tantos que tiveram de trocar de setor por meio de um novo concurso na empresa por terem adoecido no seu setor de origem. As práticas vão desde perseguição na avaliação do GD até barganha com o regime de trabalho (turno x HA). Recentemente, um gerente ameaçou de demissão por justa causa os trabalhadores de seu setor, que supostamente haviam ajudado o Sindicato na fiscalização por melhores condições de trabalho! Chamamos todos para organizar a luta contra essas práticas!

CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO

O Sindipetro/SJC vai realizar os churrascos de fim de ano nos dias 15 e 21 de dezembro. A entrada é livre para sócios e dependentes. Os não-sócios podem comprar ingresso antecipadamente no Sindicato ao custo de R\$ 50,00. Não haverá venda na data do evento. O motivo é o melhor planejamento da festa.

O estacionamento interno não estará disponível e orientamos os companheiros e companheiras a evitarem vir para o Sindicato dirigindo. Para melhor controle, a entrada será pelo portão de trás, que fica à rua dos Ciclames, Jd. Motorama, em São José dos Campos. Pedimos que confirmem presença na secretaria do Sindipetro pelo (12) 3929-7188. Participe!

GESTÃO TEMER/PARENTE TRANSFORMA BRASIL EM COLÔNIA DAS PETROLEIRAS E CAPITAL ESTRANGEIRO DE OLHO NAS PRIVATIZAÇÕES

Não é apenas o pré-sal. O governo Temer (PMDB) e sua base de apoio no Congresso, que conta com entreguistas históricos, como o senador José Serra (PSDB/SP), quer acabar com todas as empresas de economia mista. Na quarta-feira, 1, véspera de feriado, o presidente ilegítimo MiShel Temer lançou decreto que "estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais". Como diria o cronista José Simão, tucanaram a privatização.

Contudo, no setor de petróleo e gás o entreguismo, além de ser uma opção política, é criminoso. As últimas rodadas de leilão de petróleo e gás, que ocorreram no dia 27 de outubro, arrecadaram ainda menos do que os já rebaixados R\$ 7,75 bilhões esperados. Foi de apenas R\$ 6,5 bi. O leilão de Libra, que também fora rebaixado, levantou o dobro disso, cerca de R\$ 15 bilhões há quatro anos.

Os problemas das assinaturas destes bônus são o valor rebaixado dos ativos, o financiamento via BNDES (o governo financia a venda de um bem público) e, sobretudo, a isenção fiscal tramitada por meio da MP 795 na Câmara dos Canalhas, vulgo, Deputados, para as petro-

leiras que atuam no Brasil. Não há palavras que possam expressar o tamanho do roubo do dinheiro público, que pode chegar a R\$ 40 bilhões por ano e até R\$ 1 trilhão em 25 anos. Os números são de estudo dos consultores legislativos do próprio Congresso Nacional Paulo Cesar Lima e Pedro Garrido.

Impostos que deixam de ser cobrados são recursos que deixam de entrar nos cofres públicos e fazer parte do orçamento da União, ao qual o governo Temer se apegou para justificar a aplicação da ofensiva trabalhista e do projeto da reforma previdenciária.

Agora mais do que nunca o reprovável presidente MiShel mostra a que veio. A Shell foi a maior beneficiada dos últimos leilões, que ainda agraciaram a francesa Total (que explora o petróleo da Líbia e teve atuação nos conflitos que levaram a queda de Muamar Kadafi), a americana Exxon Mobil, a norueguesa Statoil, a portuguesa Petrogal, a inglesa BP, a Repsol, a QPI e a chinesa CNODC. A Petrobras ficou com participação em três das seis áreas leiloadas. As últimas rodadas de leilão da ANP ainda ocorreram sob o fim da exigência de conteúdo local, o que é essencial para a manutenção de serviços e empregos da cadeia de petróleo e gás no país.

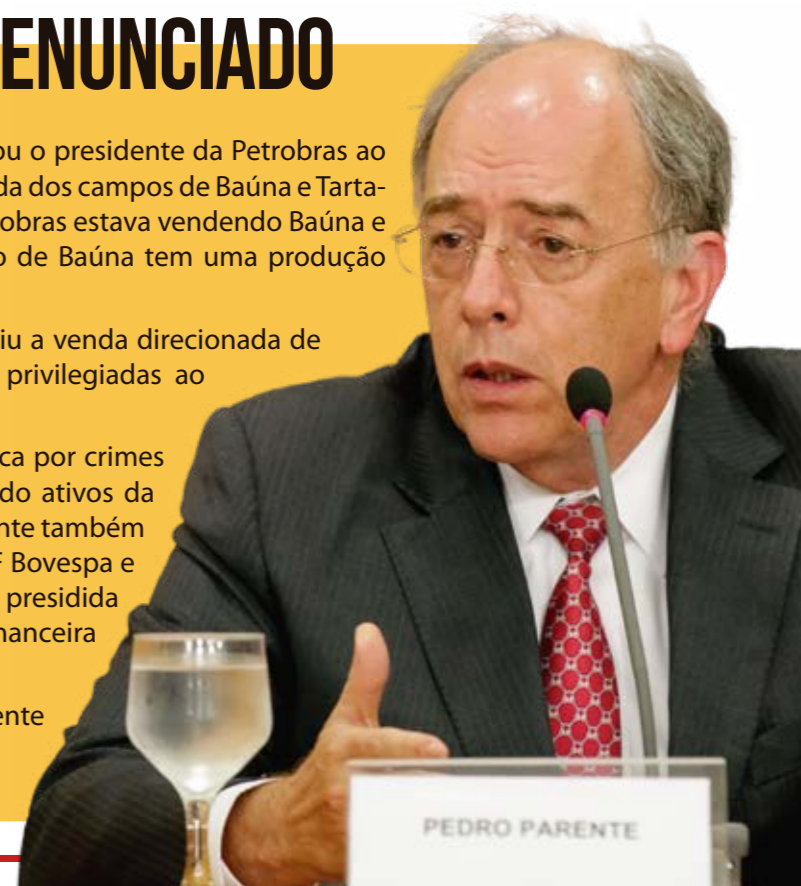
PEDRO PARENTE DENUNCIADO

A FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) denunciou o presidente da Petrobras ao Ministério Público Federal por causa da fraude na venda dos campos de Baúna e Tartaruga Verde, nas bacias de Santos e de Campos. A Petrobras estava vendendo Baúna e Tartaruga Verde por US\$ 1,6 bi, quando só o campo de Baúna tem uma produção anual de 1 bilhão e 600 milhões de dólares.

O desserviço de Parente à Petrobras e ao Brasil incluiu a venda direcionada de ativos e a suspeita de vazamento de informações privilegiadas ao mercado quanto aos últimos leilões da ANP.

Vale lembrar que Pedro Parente é réu em ação pública por crimes contra a Petrobras ainda no governo FHC envolvendo ativos da companhia na Argentina e no Rio Grande do Sul. Parente também é presidente do Conselho de Administração da BM&F Bovespa e sócio da Prada Administradora de Recursos. A Prada é presidida por sua esposa, Lucia Hauptman, e atua em gestão financeira e atrai clientes usando da influência de Parente.

Está mais do que nítido o risco que é ter Parente à frente da Petrobras! Fora Parente!



PEDRO PARENTE